

Política Externa Portuguesa: Por um Plano Integrado de Acção para o Magrebe

Pedro Esteves¹

Portugal não é uma potência mas constitui uma unidade política capaz de exercer influência superior ao peso do poder que detém.

Esta influência pode ser projectada pela carga civilizacional, desde a experiência à língua, pelo fluxo de ideias e conhecimentos, de informações, de pessoas e, finalmente, de capitais. A congregação de interesses tem sido, ao longo dos séculos, uma faculdade nacional e, *em política externa, tendem a prevalecer os interesses sobre as amizades.*

Partindo deste pressuposto, é legítimo questionar onde estão os interesses portugueses na cena internacional: inevitável começar pela Europa, onde nos integramos e da qual dependemos política e economicamente; na relação transatlântica, onde temos por vizinho ocidental os Estados Unidos, a maior potência mundial; e na relação histórica com países culturalmente próximos, pela língua e pelo passado, ou seja, Brasil, África Lusófona e o distante Timor-Leste.

Nesta equação faltam os vizinhos próximos no Mediterrâneo, com os quais partilhámos momentos de tensão histórica mas igualmente de complementaridade e com os quais nos teremos inevitavelmente de relacionar porque deles depende também a nossa segurança e afirmação nacionais. Aos muitos vestígios do distante Al Andalus no território e na língua nacionais, soma-se a herança portuguesa na economia do mar ou nas fortificações do litoral magrebino.

Os últimos vinte anos traduziram um período de amadurecimento no relacionamento Estado a Estado: criaram-se os mecanismos internacionais

reguladores das relações bilaterais e dos interesses comuns e anulou-se a carga ideológica saída da Guerra Fria e do processo de descolonização português. Mais de 130 tratados, acordos, protocolos, memorandos, convenções modelam o relacionamento institucional entre Portugal e o conjunto magrebino – Marrocos, Argélia, Tunísia, Líbia e Mauritânia – complementado por uma ligação constante entre chefes de Estado e de Governo através, designadamente, das Cimeiras anuais com Marrocos, Argélia e Tunísia.

Os pilares institucionais da relação não a tornam, no entanto, automaticamente mais fluida apenas conferindo mais garantias em caso de ocorrência de imprevistos graves. A região do Magrebe, com os seus mais de 85 milhões de habitantes, destaca-se tanto pela sua homogeneidade cultural como pelos factores de divergência política, que acabam por se reflectir no relacionamento com a Europa. Assim, monarquias do ex-bloco ocidental (Marrocos) coexistem com repúblicas soviéticas (Argélia); potências energéticas (Argélia e Líbia) com estados de fracos recursos naturais (Marrocos e Mauritânia); estados importadores de imigração (Líbia) com estados exportadores de emigração (Marrocos e Argélia); estados pan-africanistas (Líbia) com estados pan-arabistas (Argélia ou Tunísia) ou simplesmente para-europeus em situação de parceria próxima (Marrocos), etc. Complementarmente, persistem na região ameaças que, ao invés de aproximarem os actores políticos, os afastam: o processo pendente do Sahara Ocidental, ex-colónia espanhola ocupada por Marrocos mas, *de jure*, território por auto-determinar; o terrorismo, que afecta de formas diferentes os países do Magrebe, de origem ora endógena (Argélia ou Marrocos) como exógena (Mauritânia); ou os fluxos de tráficos diversos

¹ Especialista em Assuntos Magrebinos

(pessoas, droga, armas) para os quais não têm existido respostas conjuntas eficazes.

Neste contexto nada simples, Portugal tem vantagens comparativas importantes em relação aos seus competidores: não tem passado colonial na região e, portanto, está livre do “fardo” colonial; não tem assuntos pendentes de natureza territorial ou financeira (dívida, por exemplo); tem uma estrutura económica que se aproxima da magrebina em termos de dimensão empresarial, nomeadamente PME's, facilitando contactos e negócios – calcula-se que existam perto de 2 milhões de PME's no Magrebe e que, entre 2003 e 2009 cerca de 700 PME's estrangeiras tenham investido na região; detém o know-how que interessa ao Magrebe, nomeadamente na área das tecnologias da informação e da comunicação (TIC), das energias renováveis e em alguns nichos industriais tradicionais; tem acesso fácil a qualquer dos parceiros magrebinos por mar, via Mediterrâneo ou Atlântico, podendo estabelecer parcerias de utilidade mútua no acesso e expedição de mercadorias por via marítima (por ex., sinergias Sines-Tanger Med); pode reforçar o apoio à reforma dos sectores económicos e financeiros, conferindo um enquadramento mais favorável ao mercado – caso da política de privatizações -, à transparência das contas públicas e, enfim, aos grandes equilíbrios macroeconómicos; constitui um facilitador no diálogo euro-magrebino e transatlântico com vista ao aprofundamento do diálogo político e de segurança (seja via UE ou via OTAN), ao estabelecimento de uma parceria económica e financeira no sentido da criação de uma zona de comércio livre comum e à multiplicação dos canais entre as sociedades civis das duas margens do Mediterrâneo, condição central para a modernização da sociedade magrebina.

A abordagem nacional ao Magrebe não precisa de revolução mas apenas de organização. Nesta via e nesta região, deverá Portugal desenvolver capacidades que lhe permitam alcançar uma verdadeira unidade na acção externa, conferindo continuidade à política adoptada e criando mecanismos de “*follow-up*” com cada um dos

parceiros magrebinos, não se recomeçando em cada novo ano aquilo que ficou pendente do ano anterior.

A implementação de um Plano Integrado de Acção para o Magrebe constitui uma garantia estratégica na política magrebina portuguesa, conciliando as vertentes política, económica, cultural e de segurança e defesa assim como a intervenção pública com a empresarial.

Assim, politicamente, deveriam ser identificados os objectivos e interesses nacionais de curto-prazo, nomeadamente no domínio económico. Algumas pistas estão, desde já, na agenda: o aproveitamento do relacionamento comercial sem ou com barreiras tarifárias preferenciais entre a UE e o Magrebe; a participação reforçada nos processos de desenvolvimento infra-estrutural, rodo e ferroviário e habitacional em curso; e a aposta em parcerias científicas em sectores relacionados com as TIC. A necessidade premente de criação de emprego, sabendo-se que a taxa real de desemprego no Magrebe se situa acima dos 15%, constitui um factor que beneficia o investimento estrangeiro, em especial, quando suportado em sectores de mão-de-obra intensiva ou dotados de efeitos multiplicadores na economia. A criação de um Círculo Empresarial do Magrebe, constituído por altos funcionários e quadros das empresas portuguesas presentes no mercado magrebino, como investidores e exportadores, pode constituir um veículo potenciador no aproveitamento das oportunidades naqueles mercados. A possibilidade de alargamento deste fórum aos actores económicos espanhóis com vista ao intercâmbio de experiências e eventuais parcerias económicas pode ser equacionada.

A abordagem cultural constitui o substrato da económica. Neste domínio, Portugal deverá procurar competir, se não com os antigos poderes coloniais, pelo menos com os novos actores na região como a Alemanha, a República Popular da China e o Brasil. Nesse sentido, a lusofonia

deverá ser potenciada numa perspectiva utilitarista: a relação Magrebe Árabe – África Subsahariana, onde cinco países se exprimem em português; a relação Magrebe – Brasil; a relação Magrebe – União Europeia. Por muito simbólica que seja a presença cultural portuguesa em eventos temporários, o Estado tem de investir de forma mais assertiva na existência e praticabilidade dos Centros Camões e na abertura de leitorados em universidades na região, eventualmente deslocando recursos actualmente alocados à Cooperação para o Desenvolvimento, cuja utilidade política na região é manifestamente duvidosa.

A vertente da Defesa e da Segurança não é menos importante nomeadamente sabendo-se da importância e legitimidade históricas do aparelho militar e securitário para a estabilidade regional e na própria tomada da decisão. Da Mauritânia à Líbia, os sistemas da Defesa e dos serviços de *Intelligence* constituem fonte de desconfiança na Europa mas, simultaneamente, garantias de racionalidade política. Portugal só poderá aceitar esta arquitectura política, não devendo assumir posturas pedagógicas para além daquelas a que está vinculado. A cooperação no domínio da Defesa, por via de planos de actividades anuais e de uma abordagem trienal, e o intercâmbio de informações, pela presença em permanência de oficiais de ligação nesses países e pela orientação eficaz do esforço de pesquisa na região, constituem factores de aproximação e pontes de diálogo e não elementos de criação de desconfiança. A assunção de um papel mais activo de Portugal e da sua diplomacia paralela na resolução do conflito do Sahara Ocidental, seja por via das Nações Unidas (MINURSO) ou de uma mediação autónoma, valorizará a afirmação nacional não apenas na região mas também na Europa.

A implementação de um conjunto de eixos prioritários para a região do Magrebe obriga o Estado a agir em conformidade com as linhas

estratégicas definidas. Esta acção implica uma nova organização na estrutura externa do Estado, tanto no plano do “*geographic fingerprint*” como em novas abordagens, por exemplo, na margem de manobra portuguesa no que concerne à política de circulação de pessoas, assunto particularmente sensível no Magrebe.

Tal via passará por se reequacionar o papel dos actores centrais da projecção regional de Portugal: do Ministério dos Negócios Estrangeiros, da AICEP, do Ministério da Defesa Nacional, do Instituto Camões. Implica igualmente o desenvolvimento de capacidades mobilizadoras do tecido empresarial, numa parceria estratégica com eventual tradução institucional, através de uma verdadeira diplomacia económica, em permanente coordenação com as confederações empresariais e com as câmaras de comércio em Portugal e no exterior, existentes ou a criar, promovendo-se a emergência de um fluxo de informações hoje inexistente e disperso e uma cultura de inteligência económica/competitiva ainda por nascer.